



SEGURANÇA PÚBLICA

União defende PEC, estados cobram mais

Proposta de cooperação no enfrentamento ao crime organizado esbarra em problemas como financiamento e coordenação

» VANILSON OLIVEIRA

Maior preocupação do brasileiro, a segurança pública reuniu centenas de autoridades em Brasília. E representantes do governo federal e dos estados insistiram em um ponto nevrálgico: a necessidade de maior integração entre as forças policiais.

A intenção de ampliar essa cooperação ficou clara na I Conferência de Segurança Pública iLab-Segurança 2025. O evento teve início ontem, reunindo secretários de Segurança Pública de todo o país. O governo federal entende que essas iniciativas estão contempladas na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 18/2025, enviada ao Congresso Nacional. O documento foi resultado de meses de reuniões. Mas, como mostrou o **Correio** na edição de segunda-feira, os estados querem mais garantias para oferecer segurança ao cidadão.

Presente na conferência, o ministro em exercício da Justiça e Segurança Pública, Manuel Carlos de Almeida Neto, reiterou a intenção do governo federal à PEC, que prevê uma reestruturação da segurança pública no Brasil. “O Ministério da Justiça está de mãos dadas com todos vocês. A segurança pública é uma prioridade do presidente Lula. A PEC não é do governo, é do povo, do Estado”, disse.

O ministro também destacou a necessidade de integração entre as diferentes forças de segurança. “O brasileiro não suporta mais essa falta de integração na segurança pública. Os estados não se comunicam”, afirmou.

Minervino Júnior/CB



Autoridades na abertura da Conferência de Segurança Pública: propostas definidas pelos governos ainda passará pelo crivo do Congresso

Manuel Carlos defendeu ainda a ampliação das atribuições da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Federal para fortalecer o enfrentamento ao crime organizado. Segundo ele, o objetivo é melhorar a capacidade de resposta a crimes interestaduais e internacionais, sempre respeitando a autonomia das polícias civis estaduais. “Ao aumentar um pouco a competência da Polícia Federal, não para

qualquer crime nos estados, mas para que a Polícia Federal atue naqueles crimes que têm um impacto interestadual ou internacional, auxiliando-os sem tirar a competência da Polícia Civil”, completou.

Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Segurança Pública (Conseps), o responsável pela pasta no Distrito Federal, Sandro Avelar, reforçou o apoio à PEC. Mas deixou claro que os estados

propõem mais medidas. Como informou o **Correio**, os secretários pretendem entregar um conjunto de medidas ao Congresso Nacional para reforçar a atuação das forças de segurança.

Avelar destacou a participação de todas as categorias no encontro. “São todas as categorias que representam a segurança pública aqui, representadas pelos seus respectivos colegiados.

Então, além do Conselho Nacional de Secretários de Segurança Pública, que conta com todos os secretários, os 27 estados do país, a gente tem os respectivos conselhos da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, da Polícia Civil, da Polícia Técnica, Polícias Penais”, detalhou.

Sandro Avelar ressaltou que o texto da PEC, após modificações, garantiu a autonomia dos estados

nas políticas de segurança pública. “Essa segunda versão já prevê a autonomia dos estados para poder regulamentar e reger as suas respectivas corporações, de forma que ali fica claro o respeito ao princípio do Pacto Federativo”, disse.

Financiamento

Segundo ele, um dos pontos que ainda precisam de ajustes é a definição das fontes de financiamento. O texto enviado ao Congresso prevê a criação do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) e do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), mas a origem dos recursos carece de definição. O secretário também destacou a inclusão de propostas para endurecimento das penas contra crimes cometidos contra agentes públicos.

O secretário executivo da Secretaria de Segurança Pública de Sergipe, José Andrade, também se posicionou. “O que foi aprovado já está pronto. Depende agora dos nossos parlamentares, que certamente devem ter a inserção de alguma emenda, ou retirada, ou acréscimo, para que a gente possa ver a Secretaria de Segurança Pública de Sergipe e de todos os estados da federação fazer um trabalho mais promissor e mais integrado com todo viés para o Brasil”, afirmou.

Andrade comentou a situação em Sergipe. “A gente está hoje dentro dos estados com o melhor nível de segurança. Temos trabalhado diuturnamente para manter, mas em termos de facções e de crime organizado, o Sergipe ainda não apresenta esse viés com contunência”, disse.

»Entrevista | SANDRO AVELAR | PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SEGURANÇA

Segurança tem de ser por profissionais”

» MILA FERREIRA

Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Segurança Pública (Conseps) e titular da Segurança no Distrito Federal, Sandro Avelar considera fundamental fortalecer o colegiado. Ele avalia que o Conseps deve equivaler a órgãos como o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) com o objetivo de aprimorar a governança da segurança pública no Brasil.

Qual a expectativa para a conferência e os principais objetivos?

É a primeira vez que a gente consegue reunir todos os conselhos nacionais representativos das categorias mais importantes da segurança pública. Delegados gerais da Polícia Civil, comandantes gerais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, peritos policiais penais do âmbito estadual e federal, além dos Detrans. É uma oportunidade para que haja uma discussão profícua por parte daqueles que são os profissionais que realmente atuam na segurança pública em todo país. Será uma troca de experiências e um processo de construção de soluções. Vamos apresentar um pacote de sugestões.

A PEC da Segurança, que foi

elaborada pelo governo e já tramita no Congresso, não contempla nenhuma dessas sugestões?

Nós apresentamos ao Ministério da Justiça uma PEC alternativa aprovada por unanimidade por todos os secretários de segurança e o governo chegou a refazer o projeto, considerando nossas sugestões. Apresentamos uma PEC alternativa que foi aprovada por todos os secretários de segurança pública, sem caráter político e ideológico, muito pelo contrário, são posições técnicas, propostas aprovadas por unanimidade, independentemente de direita e esquerda. A segurança tem que ser vista assim, tem que ser tratada por profissionais da segurança pública. A proposta que a gente apresentou para o governo serviu para que fosse apresentada uma segunda versão, que foi encaminhada ao Congresso. Essa segunda proposta é melhor do que a primeira, inclusive por fazer referência expressa à autonomia dos estados, respeitando o pacto federativo, que era algo que o Conseps defendia. Mas nós fomos além e sugerimos novas propostas, como o aumento da destinação dos recursos oriundos das bets.

O que o senhor destaca de positivo na versão da PEC que tramita no Congresso?

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Na composição atual, o conselho conta com mais de 50 componentes. É um conselho que mal consegue se reunir com a frequência que deveria. Tem se reunido duas vezes por ano.”

Na PEC, há previsão de que o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) se torne incontingenciável e isso é um aspecto positivo, pois o fundo é importante para a segurança pública e para o sistema penitenciário.

Entre as novas propostas a serem apresentadas na conferência, qual o senhor destaca?

Destaco a proposta de uma

destinação maior de recursos das bets à segurança. As bets arrecadam bilhões e a proposta é que haja um maior percentual das bets para a área. Atualmente, enquanto a segurança pública fica com apenas 13,6%, sem previsão de repasse de recursos dessa fonte aos Estados e ao Distrito Federal para investir na prevenção e repressão a crimes relacionados aos problemas advindos de jogos e apostas. Nesse sentido, propõe-se o aumento em 18%

dos recursos arrecadados para a área de segurança pública, redirecionando 12% aos fundos de segurança pública dos estados e do Distrito Federal e 6% aos fundos penitenciários desses entes federativos. Não adianta o governo federal querer coordenar a segurança pública se não contribuir com recursos mais efetivos e significativos.

Há outras medidas?

Chamo atenção ainda à proposta de agravamento de pena para aqueles que agridem agentes de Estado. Muita gente no Brasil ainda vê com naturalidade alguém atirar em um policial porque ele é policial, mesmo estando de folga ou até mesmo em algum agente do Estado como agentes da Receita, o Detran, etc, que têm contato direto com a população e, muitas vezes, são atacados. Em outros países mais desenvolvidos, há previsão de penas maiores para quem ataca agentes de Estado.

Qual o senhor considera a mais importante?

Sem dúvida, a que muda a composição do Conseps. O conselho faz parte da PEC da Segurança como um órgão que vai ser ouvido ao se discutir as diretrizes básicas da política de segurança pública. Mas, na composição atual, o conselho conta com mais de 50 componentes. É um conselho que mal consegue se reunir com a frequência que deveria. Tem se reunido duas vezes por ano.

Qual o modelo ideal?

A segurança pública precisa

de algo nos moldes do que é o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). O Judiciário tem uma composição de 15 membros que trabalham permanentemente, sendo nove oriundos do Judiciário e seis do MP e representantes da sociedade civil indicados pela OAB, Câmara e Senado. O CNMP é igual, mas, no lugar de juízes, há membros do MP e representantes da sociedade civil. A gente defende que o Conseps tenha um perfil parecido. Só que, ao invés de 15, seriam 18 componentes, respeitando as peculiaridade das instituições policiais que temos no âmbito federal e estadual, mas também prevendo a representação da sociedade civil.

A mudança tornaria a governança mais eficiente?

Não vejo cabimento que, em um país que, historicamente, enfrenta problemas de segurança e onde a população aponta a segurança pública como a principal preocupação em pesquisas. Não existe razão para não se dar à segurança o mesmo tratamento sério e efetivo dado ao Judiciário e ao Ministério Público.

O que acha do rodízio de presos de alta periculosidade, como o Marcola, que está preso em Brasília?

O sistema penitenciário federal só tem cinco presídios federais, então o rodízio de presos faz parte do protocolo.